



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro

PT LAS RAS
08002246/2018
Data: 26/11/2018
Pág. 1 de 2

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 08002246/2018

PA COPAM Nº: 29295/2013/003/2018

SITUAÇÃO: Sugestão pelo Indeferimento

EMPREENDEDOR: CAPITAL MINERAÇÃO E INVESTIMENTOS LTDA CNPJ: 30.703.768/0002-73

EMPREENDIMENTO: CAPITAL MINERAÇÃO E INVESTIMENTOS LTDA CNPJ: 30.703.768/0002-73

MUNICÍPIO(S): Guanhães ZONA: Rural

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: LAT (X): 18° 52' 12" LONG (X): 42° 53' 31"

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

Não há incidência em critério locacional.

CÓDIGO	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17)	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-02-03-8	Lavra a céu aberto – Minério de Ferro	3	0
A-05-01-0	Unidade de Tratamento de Minerais – UTM, com tratamento à seco	3	0
A-05-04-7	Pilhas de rejeito/estéril – Minério de Ferro	2	0
A-05-05-3	Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários	3	0
F-06-01-7	Ponto de abastecimento	2	0

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO

Kelly Carla Costa

REGISTRO

CREA-MG 231840/D - AFT 14201800000004652836

AUTORIA DO PARECER

MATRÍCULA

ASSINATURA

Aline de Almeida Cota
Gestora Ambiental

1.246.117-4

Wesley Maia Cardoso
Gestor Ambiental

1.223.522-2

De acordo:
Vinicius Valadares Moura
Diretor Regional de Regularização Ambiental

1.365.375-3



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 08002246/2018

O empreendimento CAPITAL MINERAÇÃO E INVESTIMENTOS LTDA – PROJETO CANDONGA está situado na área rural do município de Guanhães, em local denominado Fazenda Barreira.

Em consulta ao Sistema Integrado de Informações Ambientais (SIAM) e ao Sistema de Consulta de Decisões de Processos de Licenciamento Ambiental, verifica-se que o empreendimento em tela obteve Licença Prévia concomitante à Instalação, conforme Certificado de LP+LI nº 004/2017.

A licença ambiental LI (LP + LI) foi concedida em 06/12/2017, através do PA nº 29295/2013/001/2014, em nome da empresa CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA, detentora da poligonal minerária (DNPM/ANM) nº 831.629/2004. Em 18/07/2018 foi emitido novo certificado com alteração de titularidade da empresa CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA para a CAPITAL MINERAÇÃO E INVESTIMENTOS LTDA; e, ainda, em 15/10/2018, foi publicada no Diário Oficial da União – DOU, a autorização de averbação de contrato de arrendamento total da concessão de lavra da CENTAURUS MINERAÇÃO E INVESTIMENTOS LTDA para a CAPITAL MINERAÇÃO E INVESTIMENTOS LTDA.

Conforme o Parecer Único n. 1169845/2017, o qual subsidiou a concessão do Certificado de LP+LI nº 004/2017, a instalação foi concedida para as atividades de lavra a céu aberto de minério de ferro (445.000 toneladas/ano), uma unidade de britagem/classificação a seco (445.000 toneladas/ano), uma pilha de estéril, uma pilha de finos, acessos (máximo de 10Km), além de instalações de apoio à operação da mineração de ferro, tais como, gerador de energia, apoio para controle ambiental, tratamento de efluentes, abastecimento de água potável e não potável, gerenciamento de resíduos (0,4 hectares), sendo prevista, em virtude das reservas já medidas e indicadas, a vida útil do Projeto Candonga de 03 anos.

Após obtida a Licença de Instalação, o empreendedor requereu a Licença de Operação, através da modalidade de Licença Ambiental Simplificada, nos autos do P.A. n. 29295/2013/002/2018, o qual foi indeferido, na ocasião, por ainda não ser a CAPITAL MINERAÇÃO E INVESTIMENTOS LTDA titular dos direitos de lavra, face às determinações do Código Minerário.

Ainda, por meio do protocolo nº 0403251/2018, de 06/06/2018, informa o empreendedor sobre a realização de testes operacionais, tendo em vista as disposições do Parágrafo Único do Art. 13 do Decreto Estadual nº 47.383/2018.

Ocorre que, ao realizar os testes operacionais, por meio do beneficiamento minerário junto à UTM, ocorreu a extração de substâncias minerais sem a devida Licença Ambiental para a fase correta. Quanto a este fato, cumpre destacar que, embora o Decreto Estadual permita a realização de testes operacionais na planta de beneficiamento, há que ressaltar que somente pode-se exercer o direito de extração de substâncias minerais mediante o porte dos títulos autorizativos para tal finalidade, o que veio a configurar a operação do empreendimento.

Diante de tal fato foram lavrados, pela PMMG, os Autos de Infração (AI) nº 110024/2018, de 25/05/2018, AI nº 110036/2018, de 30/04/2018 e AI nº 114386/2018, de 30/08/2018, conforme identificado em consulta ao Sistema CAP.

Resta informar que, dado o curso das autuações, o que caracterizou a operação do empreendimento sem a devida Licença de Operação, tal fato refletiu diretamente no rito processual de licenciamento do empreendimento, motivo pelo qual fora requerido o TAC por parte do empreendedor.



Diante as alegações promovidas pelo representante do empreendimento, bem como subsidiado na análise/vistoria realizada, em 05/11/2018 foi firmado o TAC e solicitado como condicionante a formalização do processo de Licença de Operação Corretiva – LOC.

Faz-se necessário relatar que a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta não suspende o rito processual administrativo do presente expediente, sendo certo que, para que o instrumento fosse promovido, há que se registrar ponto de consensualidade entre as partes, condição sem a qual não poderia ocorrer a expectativa de acordo entre ambas.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e do requerimento de solicitação de TAC realizado pelo empreendedor (Protocolo SIAM nº 0752196/2018, de 30/08/2018), sugere-se o **INDEFERIMENTO** da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento para as atividades de “Lavra a céu aberto – Minério de Ferro”, “Unidade de Tratamento de Minerais – UTM, com tratamento à seco”, “Pilhas de rejeito/estéril – Minério de Ferro”, “Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários” e “Ponto de abastecimento”, uma vez tratar se de Licença de Operação Corretiva – LOC, com incidência de critérios locacionais e a necessidade de apresentação de EIA/RIMA, não configurando, no lapso temporal de análise do presente expediente, as condições necessárias que permitam a regularização na modalidade de LAS/RAS.

